



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 17 DE JANEIRO DE 2011

**Presidente:** Ex. <sup>mo</sup> Sr. Alcino Pinto

**Secretário:** Ex. <sup>mo</sup> Sr. António Ramos

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 40 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente procedeu à análise na especialidade do orçamento da Assembleia Nacional. Fizeram o uso da palavra, além do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos), Sr. Secretário-Geral da Assembleia Nacional (Romão Couto), Sr. Director Administrativo e

Financeiro da Assembleia Nacional (Francisco Silva), Sr. Director do Orçamento (Ginésio da Mata) e Srs. Deputados José António (ADI), Jorge Correia (PCD) e José Diogo (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 05 minutos.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 12 horas e 40 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**  
**Alexandre da Conceição Guadalupe**  
**José da Graça Diogo**  
**Martinho da Trindade Domingos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

**Alcino Martinho de Barros Pinto**  
**António Afonso Ramos**  
**António Neves Sacramento Barros**  
**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Dias Correia**

Srs. Ministros, Srs. Deputados, Sr. Secretário-Geral da Assembleia Nacional, Srs. Directores e Chefes de Departamentos da Assembleia Nacional, vamos retomar as actividades.

Já pusemos de acordo, vamos apenas fazer os acertos relativos aos números que devem constar no OGE para permitir que nele fique inscrita a verba necessária para a Assembleia Nacional.

Como sabem, a Assembleia Nacional, de acordo com as normas legais, já aprovou o seu orçamento e, tendo em conta a natureza do nosso Estado, um Estado unitário com um único orçamento anual, os valores necessários para dar cobertura ao orçamento da Assembleia Nacional devem estar inscritos no OGE. Por isso mesmo, vamos apenas fazer esses acertos. Já nos concertamos, depois desses acertos, para que a Assembleia Nacional tenha, de facto, o orçamento necessário para o exercício de 2011, suspenderíamos a reunião e retomaremos amanhã as 08:00 horas.

Daí que darei a palavra ao Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, recordando aos Srs. Deputados e Ministros que a Assembleia Nacional aprovou um orçamento de cerca de Dbs. 54.178.933.709,00. No OGE proposto temos uma verba que anda a volta de Dbs. 42.031.000.000,00 e nesse sentido fica-nos em falta um valor significativo. Sei que o Conselho de Administração já teve sessões de trabalho com o Sr. Ministro das Finanças.

Passo a palavra ao Sr. Ministro para que nós os Deputados possamos conhecer as propostas de alteração para ir de encontro à esse valor da Assembleia Nacional, bem como os Srs. Deputados presentes e os Srs. Secretário-Geral e o Director dos Assuntos Financeiros da Assembleia, que têm a incumbência de fazerem a sua execução orçamental.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, em relação ao orçamento da Assembleia, após uma discussão bastante fraterna com a Assembleia Nacional, procedeu-se algumas alterações, tendo em conta a limitação de verba que projectamos para o ano 2011, que também advém das limitações de receitas a arrecadar no mesmo ano.

Assim fomos obrigados a fazer a passagem de algumas verbas que estavam no encargo geral do Estado para a Assembleia Nacional, passando a transferência corrente de 28 mil milhões para 31 mil milhões, introduzindo uma transferência de capital de 6.950 milhões de dobras.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, esses montantes sairiam de que rubrica?

O **Orador**: — Portanto, a transferência corrente para a Assembleia Nacional de 3 mil milhões sairia de «encargos gerais». Quer dizer, todas as transferências foram feitas a partir de «encargos gerais», mais concretamente «complemento para a manutenção e funcionamento de unidades». E os 6.950 milhões sairão da rubrica 2956.

Qualquer das rubricas servem, mas elegemos essa com financiamento da Guiné Equatorial.

O Sr. **Presidente**: — Qual delas Sr. Ministro?

O **Orador**: — A primeira, onde tem 7.950 milhões. Tiramos 6.950 milhões e só ficaram 1 bilião.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, feitos os esclarecimentos e apontadas as verbas necessárias para o complemento do valor necessário para a Assembleia Nacional, gostaria de saber se os Srs. Deputados têm pedidos de esclarecimentos, sugestões, propostas, manifestação de acordo ou não?

Tem a palavra o Sr. Deputado José António para uma intervenção.

O Sr. **José António** (ADI): — Sr. Presidente, não percebi muito bem dos valores que disse o Sr. Ministro e donde é que essas verbas devem ser alocadas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado vai para a última página do OGE, o código 2956, 7.950 milhões. Contando de baixo para cima é a quinta rubrica.

Portanto, o problema é que aprovamos o orçamento da Assembleia Nacional antes do OGE e o teto deste é superior ao que está aqui inscrito no OGE. Então, era preciso encontrar verbas para complementá-lo.

O que o Sr. Ministro nos informou é que para esse complemento vai-se para essa rubrica, «acções de urgências, catástrofes e calamidades», por um lado tirar 7.mil milhões...

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — 6 mil milhões!

O Sr. **Presidente**: — 6 mil milhões, perdão, e vamos depois para a rubrica «complemento para manutenção e funcionamento das unidades», onde tem 79 mil milhões, retirar 3 mil milhões, fazendo 9 mil milhões para complementar aquilo que a Assembleia Nacional tem como necessidade.

Sr. Ministro, não sendo eu muito forte em termos das contas, quero dizer-lhe que vai constar no OGE para a Assembleia Nacional um valor final de Dbs. 51.120.000.000,00. Está correcto?

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, estamos de acordo.

Sr. Secretário-Geral, Sr. Director dos Assuntos Financeiros não sei se têm algum pedido de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Secretário-Geral da Assembleia Nacional.

O Sr. **Secretário-Geral da Assembleia Nacional** (Romão Couto): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, boa tarde.

Gostaria de ter um esclarecimento mais detalhado do Sr. Ministro, porque os acordos que chegamos para elaborar o orçamento, tinha como propósito nós recebermos 35.950 milhões para o orçamento corrente e 15.531 milhões no de capital. Agora, esses detalhes de separação, porque tínhamos como transferência do Estado para o orçamento corrente da Assembleia Nacional 31 mil milhões. Entretanto, no nosso orçamento temos 35.950 milhões, dos quais 4.950 milhões, que fossem transferidos do capital para Assembleia, fossem utilizados como corrente. Daí que o nosso corrente seria de 35.950 milhões.

Agora, tenho alguma dificuldade de conhecer os detalhes de capital. Temos que receber do capital 15.531 milhões, mas deles 12 mil milhões para a reabilitação do edifício, 2 mil milhões do apoio institucional e do Tesouro Público falta um bocado aqui que não consegui esclarecer.

Mas penso que o nosso técnico deve ter esse pormenor.

*Murmúrios do Sr. Ministro das Finanças.*

Só queria saber, dos 15 mil milhões, 12 mil milhões mais 2 mil milhões dão 14 mil milhões e faltariam 1.500 milhões que penso que vem do Tesouro.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Secretário-Geral, o que fizemos foi: actualmente temos 28 mil milhões do corrente, 2.031.700.000,00 de «apoio institucional», 12 mil milhões de reabilitação da Assembleia Nacional, acrescentamos mais 3 mil milhões para o corrente, que vai até 31 mil milhões, e mais 6.950 milhões provenientes de «catástrofe». Mas, dessa verba de «catástrofe», cerca 1.500 milhões a Assembleia vai utilizar para investimentos ou formação e o remanescente vai acrescentar na verba corrente para por volta de 35 mil milhões, que constituem o seu orçamento corrente. É isso a que chegou-se a conclusão.

O **Orador**: — Sr. Ministro, a minha preocupação é somar essa verba para ver se dá 51.531 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Partindo do princípio de que...

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Dá 51 mil milhões e qualquer coisa.

*Murmúrios.*

Mas o Sr. Director do Orçamento tem aqui os números.

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — A Assembleia também já tem, já entreguei essa alteração que se fez.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Portanto, Sr. presidente, já se entregou essa alteração a Assembleia nacional.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário-Geral, um pedido de esclarecimento: o orçamento da Assembleia que foi aprovado aponta para 54 mil milhões...

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — A outra parte é interna!

O **Orador**: — Sr. Presidente, temos saldo transitado...

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Não é boa notícia.

O **Orador**: — Não é boa notícia! Vou explicar o que é «saldo transitado» para evitar dúvidas.

Temos um saldo transitado que é destinado, especificamente, para o desenvolvimento informático da Assembleia Nacional, e não se pode mexer nessa verba, não podemos utilizá-la para corrente nem nada disso.

Temos outras receitas provenientes de aluguer de salas e outros bens que dispõe a Assembleia, portanto, do Estado temos que receber 51.531 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Daí que, para nosso total esclarecimento, a Assembleia estava a precisar de mais quanto? Mais 9.950 milhões?

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — É isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário-Geral, 9 mil milhões é o que a Assembleia precisava?

O **Orador**: — No corrente?

O Sr. **Presidente**: — Não, no global, o todo, quer para o corrente quer para o de capital.

O **Orador**: — Daquilo que vem do orçamento de 2010?

O Sr. **Presidente**: — Aquilo que o OGE tem que dar para ir ao encontro do teto do orçamento da Assembleia Nacional.

O **Orador**: — No nosso registo aqui, o Estado tinha que nos ceder 15.531 milhões para o nosso orçamento de capital e 35.950 milhões para o corrente...

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Pois é, está aí! Disse que sai do corrente 3 mil milhões, somando os 28 mil milhões dá 31 mil milhões, depois mais 4.950 milhões de fundo de calamidade, quer dizer que o senhor está aí por volta de 35.950 milhões. O de capital, tem mais ou menos 1.500 milhões que vem mesmo de «calamidade», porque daí tirou-se mais do que 6 mil milhões.

Isso tudo dá o valor que o senhor tem.

*Murmúrios.*

Db. 51.981.700.000,00 que é o valor total.

**Uma voz**: — Não Pode.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Não pode porquê?

*Murmúrios.*

Vendo bem, demos a mais.

O Sr. **Presidente**: — Estamos claros sobre isso?

*Murmúrios.*

Acho que, Sr. Ministro, por uma questão de aprovação, a Assembleia Nacional tem transferência que sai de 28 mil milhões para 31 mil milhões.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — E para a reabilitação de edifício?

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Também 12 mil milhões e depois a diferença vai ser uma outra transferência de capital.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Já se introduziu isso na Assembleia Nacional?

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — Já se introduziu isso na Assembleia Nacional!

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — E a outra transferência sairá de qual fonte?

O Sr. **Director do Orçamento** (Ginésio da Mata): — Guiné Equatorial.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Director Administrativo e Financeiro para um esclarecimento.

O Sr. **Director Administrativo e Financeiro da Assembleia Nacional** (Francisco Silva): — Sr. Presidente, naquele ano 2010 tivemos situações, porque estamos ainda a fazer a gestão de 2010 com dificuldades. Temos, actualmente, dificuldades sérias para fechar a conta de 2010, porque o Governo não conseguiu transferir para a Assembleia Nacional uma boa parte daquilo que foi aprovado...

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Boa parte! Qual é a percentagem?

O **Orador**: — Cerca de 4.200 milhões, para a nossa gestão. 4 mil milhões de dobras no corrente corresponde a mais de 10% daquilo que foi orçamentado.

Portanto, temos sérias dificuldade e, pelo jeito que estou a ver como se estão fazendo os arranjos para este orçamento. As minhas dúvidas recaem sobre o facto de estar-se a trabalhar sobre 28 mil milhões e depois ir buscar remendos noutras rubricas para fazer crescer o orçamento da Assembleia Nacional.

Dúvida que tenho é que pode acontecer, ao longo da gestão de 2011, não se conseguir arrecadar receitas naquelas rubricas no sentido de satisfazer as necessidades da Assembleia Nacional.

Podemos estar a trabalhar, ficticiamente, na base de 35 mil milhões e na realidade vir a trabalhar na base de 28 mil milhões. Tenho medo nesse sentido. Devido os compromissos que temos, este orçamento está elaborado...

O Sr. **Presidente**: — O quê que o Sr. Director propõe neste momento?

O **Orador**: — Proponho é que se encontre uma forma de reformular, no sentido de que o orçamento da Assembleia Nacional de 35.950 milhões seja, totalmente, inscrito como tal e não subdivididos em várias sub-rubricas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director, o que estamos a fazer aqui neste momento é tentar encontrar a localização das rubricas que vão reforçar. Quando dizemos que, «transferências correntes» por exemplo, sai de 28 mil milhões para 31 mil milhões, quer dizer que no documento final vai ficar mesmo 31 mil milhões. A outras rubricas que estão aí com valores globais donde vamos retirar vai haver como que uma diminuição.

É da nossa responsabilidade a feitura do documento final. Vamos pedir, logicamente, a colaboração do Sr. Director do Orçamento, mas não vai aparecer esses remendos, que é sua preocupação. Agora, haverá sempre um problema, tendo em conta o carácter provisional do OGE, em função da sua execução, provavelmente. Mas esperemos que o nível de execução seja o mais perfeito possível... *deficiências na gravação*... valores que sejam falsos.

Porque o Sr. Secretário-Geral também queria colocar algumas questões, o Sr. Ministro fará os esclarecimentos finais.

Tem a palavra o Sr. Secretário-Geral.

O Sr. **Secretário-Geral da Assembleia Nacional**: — Sr. Presidente, compreendo a preocupação do Sr. Director, porque realmente, trabalhar com finanças é muito apertado.

Mas não gostaria que o orçamento da Assembleia Nacional fosse discutido com esse pormenor, porque ele foi aprovado e, antes de o ser, foi na base de um acordo estabelecido com o Governo e espero que o Governo não nos defraude com aquilo que foi acordado.

Foi acordado que no orçamento corrente ficaria mesmo 31 mil milhões. Foi-nos explicado também que não podiam pôr mais, porque o resto era o de capital e dele não podia passar para corrente.

Também foi-nos dito que esses 6.950 milhões do capital, da verba das «catástrofes», seriam transferidos, duodecimalmente, para a Assembleia Nacional e que ela a utilizaria como corrente.

Portanto, o Sr. Director está muito preocupado com a situação, porque para fecharmos a conta de 2010 estamos com dificuldades, inclusive, estamos todos os dias a falar com as Finanças para nos transferir o dinheiro.

Mas essa preocupação foi já colmatada e pedimos ao Sr. Ministro que fizesse enquadrar no OGE as preocupações, tal qual como havíamos discutido no Conselho de Administração da Assembleia Nacional.

Não sei se isso pode ser esclarecido...

*Murmúrios dos membros do Governo.*

A preocupação do Sr. Director é a seguinte: temos feito alguns arranjos anos atrás, por exemplo, no ano 2010 temos um orçamento de 34 biliões, enquanto no OGE está inscrito 28 biliões.

É esse o problema que o Sr. Director quer representar aqui. De forma tal que no orçamento de 2012 não apareça que a Assembleia só tem 31 biliões. Que a Assembleia tem orçamento corrente de 35.950 milhões!

Não sei se pode esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário-Geral, com a sua intervenção também fiquei embaralhado.

O **Orador**: — Qual é?

Mas vou colocar a questão para que o Sr. Ministro ajude a esclarecer em definitivo.

Quando me diz que se vai retirar de capital para as despesas correntes da Assembleia Nacional e que essa transferência seja feita na base duodecimal, está-me dizer que essa transferência não é feita para o corrente da Assembleia Nacional? O meu professor de finanças públicas, o meu controlo, não está cá. Esse é um problema de «disciplina orçamental» ...

O **Orador**: — Sr. Presidente, posso esclarecer o seguinte: esse dinheiro no Estado não é possível pô-lo no corrente da Assembleia Nacional, é a informação que tivemos. Mas a Assembleia Nacional é autónoma, pegou nesse dinheiro e enquadrou-lho no orçamento corrente. Quer dizer, funciona como capital no OGE e como corrente no orçamento da Assembleia Nacional.

Agora, a preocupação do Sr. Director é a seguinte: quando se vir a fazer o orçamento para o ano 2012 não se diga que a Assembleia Nacional sai de 31 para 35, como foi o caso agora. Mantiveram 28 mil milhões, porque o nosso orçamento era esse em 2010, enquanto ele é de 34 mil milhões.

São arranjos que se fazem no decorrer da discussão do orçamento da Assembleia Nacional e que no documento final não são repercutidos, de tal forma que o registo das Finanças nos transfere como se fosse 34 mil milhões, mas que no registo do OGE está 28 mil milhões. De facto há uma confusão aqui de verbas.

Mas que no próximo ano, quando se fizer o orçamento, não se diga que o orçamento da Assembleia Nacional é de 31 mil milhões. Mas sim, é de 35.950 milhões. É essa preocupação Sr. Presidente.

Não sei se pode baralhá-lo um pouco mais ainda.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Não, quer dizer, saí do banco da escola recentemente e há um problema de facto. O orçamento do Estado é uno, e transferir de capital para despesas correntes não sei se responde às normas doutrinárias. Mas, pronto, países como o nosso, que tem essas dificuldades todas, fazemos a nossa doutrina. É apenas essa preocupação.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, é legítima a sua preocupação. Porque não podemos, em termos conceptuais, estar a falar de despesas de capital a financiar as despesas correntes.

Mas também, se pegarmos as nossas especificidades, e aqui iríamos para o classificador económico que introduzimos actualmente, onde afectamos verbas em termos de actividades e projectos.

Se tivermos a fazer a apresentação nessa óptica, dentro das despesas de capital existem também despesas correntes. Porque até quando discuti isso com a Assembleia Nacional lhes dei, mais ou menos, uma ideia daquilo que se podia fazer para não parecer que se está a financiar, directamente, o consumo com isso.

Por exemplo, se temos aquisições de equipamentos, de médio prazo, duradouros, elas poderiam estar inscritas nas despesas correntes e, ao realizar o orçamento, essa transferência que é feita do capital para a Assembleia Nacional deve ser canalizada para financiar essas actividades dentro das despesas de investimento, que não são investimentos propriamente dito.

Portanto, é mais ou menos uma forma de tentarmos ultrapassar essa situação, porque também, orçamentalmente, não tenho verba corrente disponível para incrementar mais 7 mil milhões, aproximadamente, que a Assembleia Nacional precisa. A única margem que temos é a despesa de capital.

Portanto, foi uma explicação que dei para ver se ultrapassamos a situação. Mas em termos de doutrina, nas finanças públicas é sim um erro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo para uma intervenção.

O Sr. **José Diogo (ADI)**: — Sr. Presidente, para dizer que compreendo a preocupação do nosso director da DAF, naquilo que levantou como questão.

Porque verificamos que, em relação ao orçamento da Assembleia Nacional do ano passado, a inscrição legal que vinha no orçamento era de 34 mil milhões e agora, temos uma situação, praticamente, idêntica. Vai ficar inscrito 31 mil milhões, quando na realidade estamos, na nossa concepção, a receber 35.950 milhões.

Isso deveria ficar mesmo inscrito para não encontrarmos a mesma situação para quando estivermos na fase de elaboração do próximo orçamento.

É apenas isso...

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — A preocupação pode ficar, mas a inscrição, não. Portanto, é preciso que estejamos claros nisso. Aliás, as boas relações existentes entre a Assembleia Nacional e o Governo...

*Protestos dos Srs. Secretário-Geral e Director da DAF da Assembleia Nacional.*

... ditam neste sentido. Mas de aqui tem que ficar mesmo 31 mil milhões, depois haverá outra transferência de capital.

Só para anunciar que, diferentemente daquilo que já tínhamos discutido, estamos a dar mais 500 milhões. Portanto, a última versão que tínhamos dava 51.450 milhões, agora estamos a dar 51.950 milhões. Estão de parabéns...

O **Orador**: — Sr. Ministro, apenas para ser um pouco mais claro.

É que havia uma resolução que fixou que era de 34 mil milhões de verba para orçamento da Assembleia Nacional, em 2010. Não tiveram isso em consideração. Agora, estamos em 2011, e o receio que temos é que se repita a mesma situação. Estamos a falar de 35.950 milhões e corremos o risco de novo, ter a situação de apenas 31.450 milhões que fica acatado e depois teremos dificuldades na realização do orçamento.

É apenas esse o esclarecimento que queríamos ter.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário-Geral para uma intervenção.

O Sr. **Secretário-Geral da Assembleia Nacional**: — Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente desta Comissão, que é também Presidente do Conselho de Administração, espero que isso não aconteça.

Estou confiante de que não aconteça, porque queremos aprovar o nosso orçamento com muita antecedência e comunicá-lo ao Governo. Naturalmente, não vamos elaborá-lo na base do vazio, vamos falar com o Governo e encontrar os modos e informações mais adequadas para fazer aprovar.

Portanto, este problema que se colocou este ano, é a primeira vez que se está a aprovar o orçamento da Assembleia Nacional antes do OGE. Costuma-se aprovar o orçamento da Assembleia Nacional depois do OGE. A lei saiu em 2010 e veremos se essa questão não se repete.

Primeiro, mesmo que as coisas mudem, os acordos foram feitos entre pessoas, temos ainda a garantia de elaborá-lo antes do OGE.

O Sr. **Presidente**: — Vamos fazer constar esses arranjos que fizemos aqui no nosso relatório, porque ele vai ser também um suporte para as eventuais matérias de fiscalização.

Como disse o Sr. Ministro, isso é um arranjo que, do ponto de vista doutrinal, capital não financia corrente, mas por causa das nossas especificidades estamos, soberanamente, a tomar esta decisão. Possivelmente, na leitura que vamos fazer, aí seria uma recomendação e gostaria de ter o apoio dos colegas para isso, aquando da aprovação do orçamento na globalidade, omitiremos propositadamente, este aspecto, mas vai ficar no documento que vai ser assinado. Porque no futuro, as acções da nossa fiscalização de outras instituições, portanto, é uma decisão soberana da Assembleia Nacional.

Julgo que esta decisão adoptada no ano passado, relativamente a aprovação antecipada do orçamento da Assembleia Nacional é um princípio correcto que decorre; primeiro, da autonomia da Assembleia Nacional, enquanto órgão de soberania; segundo, da responsabilidade da Assembleia Nacional no que concerne à fiscalização dos actos governativos e da administração.

Essa foi uma das matérias que tivemos o cuidado de ver, em Portugal. Tendo em conta as nossas especificidades, mais uma vez, esses arranjos têm que ser feito com o Governo. O que nos foi dito ali, um país com

outras possibilidades, é que a Assembleia aprova o seu orçamento, manda para o Governo e o ele não altera uma única vírgula. Porque decorre de facto desse princípio de soberania e da responsabilidade da Assembleia de fiscalizar. «Se eu te fiscalizo você não me pode controlar, criar dificuldades...».

Agradecemos os Srs. Secretário-Geral e Director Administrativo e Financeiro da Assembleia Nacional, Sr. Ministro muito obrigado.

Caros colegas, vamos suspender a reunião por hoje e retomaremos amanhã as 08 horas para analisarmos a componente financeira do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional.

Recordo-vos que vamos também aprovar as leis e, se houver alterações relativamente aos GOP, gostaríamos também que houvessem propostas concretas para não estarmos a devagar.

Declaro encerrada a reunião.

*Eram 13 horas e 05 minutos.*